

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 29 DE**  
3 **JUNHO DE 2018, ÀS 14 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.**

4 Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas,  
5 na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente  
6 convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as  
7 presenças dos Conselheiros(as): Girlene Alves da Silva, Kátia Maria de Oliveira e  
8 Castro, Eduardo Antônio Salomão Condé, Marcos Tanure Sanabio, Maria Carmem  
9 Simões Cardoso de Melo, Marcos Souza Freitas, Liamara Scortegagna, Eduardo Sérgio  
10 Leão de Souza, Milene de Oliveira, Antônio Márcio Resende do Carmo, Eliane  
11 Medeiros Borges, Fabrício da Silva Teixeira Carvalho, Bernadete Maria de Souza,  
12 Eduardo Barrere, Robert Daibert Júnior, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis  
13 Abdala, Marise Pimentel Mendes, Aline Araujo Passos, Lourival Batista de Oliveira  
14 Júnior, Álvaro de Azevedo Quelhas, Jeferson Macedo Vianna, Marcelo da Silva Alves,  
15 Hélio Antônio da Silva, Marcelo Silva Silvério, Aline AlvesFonseca, Maria Cristina  
16 Vasconcellos Furtado, Elton Geraldo Gões, Cristina Simões Bezerra, Eliete do Carmo  
17 Garcia Verbena Faria, Victor Soares Lustosa Victor, Raquel Bernardo Fett, Daniel  
18 Diogo de Souza Silva, Giovana Sarto, Krishna Edmur Chagas, Igor Souza, Iago do  
19 Nascimento Silva, Marcela Pinho, Conrado Jenevain Braga, Paulo Dimas de Castro,  
20 Ricardo Bonfante, Pâmela Emanuelle Julião, Flávio Cardoso Sereno, Márcio Sá Fortes,  
21 Heronides Filho e Dimas Augusto de Carvalho realizou-se a reunião do Egrégio  
22 Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o  
23 Senhor Presidente deu início à sessão. O Senhor Presidente começou a reunião,  
24 justificando, inicialmente, a ausência das Conselheiras Flávia Cavalieri Machado,  
25 Schirley Policário e Raquel Fellet Lawall. A seguir, deu boas vindas ao Professor  
26 Eduardo Leão, tendo em vista o início de sua participação no Conselho Superior  
27 enquanto representante do Conselho de Graduação. Quanto ao expediente do dia,  
28 solicitou ao Conselho a retirada de pauta do item 3.1 - Processo 23071.010380/2017-17  
29 – Devolução ao erário em decorrência de exoneração, tendo em vista que não houve  
30 tempo hábil para encaminhamento aos Conselheiros do parecer. Requisitou também a  
31 inversão de pauta, de modo que as discussões se iniciassem pelo item 2.2, seguida do  
32 item 2.1, justificando se tratar de pontos que, devido à urgência quanto à deliberação,  
33 precisam ser decididos primeiramente e, por fim, o Conselho faria o debate do item 1.1.  
34 O Conselho Superior aprovou por unanimidade a inversão dos itens de pauta.  
35 **Comunicados da Presidência:** O Senhor Presidente, dando início à reunião, procedeu  
36 aos comunicados, informando ao Conselho Superior que a Pró-Reitora de Extensão e  
37 Conselheira Ana Livia Coimbra foi eleita Coordenadora Nacional do Fórum dos Pró-  
38 Reitores de Extensão, o que representa fato importante, tendo em vista o espaço que a  
39 instituição ganha no cenário nacional. Comunicou ao Consu que a Justiça autorizou a  
40 operação de compra do prédio da FAGV, esclarecendo que a aquisição se dará por meio  
41 de liberação de recurso do MEC, por meio de depósito judicial, de acordo com a  
42 avaliação de imóvel realizada pela Caixa Econômica Federal e os peritos judiciais. A  
43 Justiça, de posse do recurso, fará as quitações dos débitos que a Fundação tinha com a  
44 Receita Federal e débitos Trabalhistas e o eventual valor excedente será transferido para  
45 a Fundação. Deste modo, a UFJF assumirá a propriedade do imóvel. Destacou que a  
46 perspectiva é de que a operação se concretize em pouco tempo. Ressaltou a importância  
47 desta aquisição como atenuante nos desafios que existem na parte de infraestrutura do  
48 campus de Governador Valadares. A seguir, o Senhor Presidente informou que houve  
49 um Seminário da Andifes com o Fonaprace (Fórum de Reitores de Assistência  
50 Estudantil), ocasião em que ele e o Conselheiro Marcos Freitas estiveram presentes,

1 oportunidade em que foram abordados temas relacionados ao Pnaes. Desta maneira,  
2 solicitou ao Conselheiro Marcos Freitas que socializasse as informações apresentadas  
3 no referido evento. O Conselheiro Marcos Freitas informou que o evento contou com  
4 uma mesa, composta pelo representante do Fonaprace e um representante do MEC, o  
5 Diretor da Política de Programas de Educação Superior. Na oportunidade, informou que  
6 o Diretor do MEC asseverou que a verba do Pnaes é suficiente e que estaria sendo mal  
7 administrada, sendo necessário enxugar alguns eixos do Pnaes. Relatou que foram  
8 apresentados contrapontos, tendo o próprio Conselheiro se manifestado, colocando a  
9 indignação do que estava sendo posto, ressaltando que se trata de uma questão de  
10 Estado. Informou que houve também uma fala de um representante do CONDICAp, que  
11 ressaltou a importância de se ter uma verba para assistência estudantil no âmbito dos  
12 Colégios de Aplicação. Finalizadas as considerações do Conselheiro Marcos Freitas, o  
13 Senhor Presidente destacou que o posicionamento do Conselheiro foi bastante elogiado,  
14 tendo sua intervenção contemplado os Reitores e Pró-Reitores que lá estavam presentes,  
15 marcando uma posição muito firme das universidades frente à concepção que o MEC  
16 tem diante da Política de Apoio Estudantil. A seguir, o Senhor Presidente abriu a  
17 palavra à Conselheira e Vice-Reitora, Girlene Alves da Silva, para que a mesma  
18 pudesse relatar sua experiência na participação no CRES – Conferência Regional de  
19 Ensino Superior da América Latina, que ocorreu na Argentina. A Conselheira destacou  
20 que a Conferência, que é realizada por meio de parceria entre as universidades, Unesco  
21 e dos governos destes países, foi muito rica no sentido de reafirmar a educação superior  
22 como direito humano universal e que esse direito seja garantido pelos Estados. Destacou  
23 a participação muito aguerrida dos estudantes da América Latina, com destaque para a  
24 Argentina e Uruguai. Apontou os principais pontos debatidos: o papel do ensino superior  
25 como um instrumento de redução de desigualdade; como estratégia de um mundo mais  
26 sustentável; as novas tecnologias e a preocupação com o avanço do ensino superior  
27 pago no continente sul-americano e central. Destacou que já há um documento em  
28 espanhol, disponível na página da CRES, que será encaminhado à conferência da  
29 Unesco, que ocorrerá em 2019, em Paris. Finalizados os Comunicados da Presidência, o  
30 Senhor Presidente deu início à ordem do dia. **Ordem do Dia:** O Senhor Presidente abriu  
31 a palavra à Conselheira Maria Carmem Cardoso de Melo para que a mesma  
32 apresentasse as informações necessárias para o debate do item **2.2 – Distribuição**  
33 **percentual das vagas para ingresso nos cursos de graduação da UFJF.** A  
34 Conselheira esclareceu que, em reunião realizada no Congrad, em 08/06/2018, o  
35 referido Conselho deliberou pela distribuição de 50% das vagas para Pism e 50% para o  
36 Sisu para o processo seletivo 2019, conforme percentual de distribuição realizada para o  
37 ano de 2018. Além desta proposição, o Congrad sugere a criação de uma comissão  
38 CONGRAD/CONSU para debater o tema com mais profundidade. O Conselheiro  
39 Lourival Batista de Oliveira Júnior solicitou a palavra, ressaltando, em sua fala, a  
40 importância de se rever a forma de ingresso visando reduzir o número de vagas ociosas.  
41 A Conselheira Maria Carmem Cardoso de Melo esclareceu os mecanismos realizados  
42 no ingresso, explicando que a minuta prevê condições que auxiliarão no atendimento  
43 das vagas ociosas. Ressaltou, inclusive, que com a realização do Pism mais cedo, o  
44 objetivo é antecipar os procedimentos para matrícula. Destacou, contudo, que durante o  
45 processo de matrícula é necessário um tempo para que se verifique o cumprimento dos  
46 requisitos para preenchimento de vagas dos diferentes grupos de ingresso. Ressaltou  
47 que se tem buscado realizar todos os processos em tempo hábil, informando, ainda, que  
48 existe um prazo que deve ser repetido para as matrículas, tendo em vista que após certo  
49 tempo o aluno não pode ingressar devido às questões relacionadas ao cumprimento da  
50 frequência. A Conselheira Cristina Simões Bezerra questionou qual seria o escopo de

1 trabalho da comissão a ser constituída, sendo tal questionamento esclarecido pela  
2 Conselheira Maria Carmem Cardoso de Melo. O Senhor Presidente, então, finalizadas  
3 as falas, retornou ao encaminhamento para votação: manutenção da divisão de 50% para  
4 cada um dos sistemas de ingresso – Pism e Sisu - e a constituição de uma Comissão  
5 Consu/Congrad conjunta. O plenário aprovou, por unanimidade, o encaminhamento. Na  
6 sequência, o Senhor Presidente apresentou a seguinte composição para a referida  
7 comissão: dois representantes da Administração Superior (um titular e um suplente), 2  
8 representantes do Consu (um titular e um suplente) e dois representantes (um titular e  
9 um suplente) para cada uma das entidades (DCE, Apes e Sintufefujf). Após rápido  
10 debate e sugestões, foram indicados como representantes do Conselho Superior o  
11 Conselheiro Álvaro Quelhas e a Conselheira Eliete Verbena Faria. O Conselheiro Victor  
12 Lustosa Victor solicitou a palavra, indicando o seu nome como representante do DCE,  
13 juntamente com o nome da Conselheira Giovana Sarto. Na sequência, o Senhor  
14 Presidente prosseguiu com a reunião, dando início ao item **2.1 – Portaria Nº 504 de**  
15 **28/05/2018 e Ofício nº 24/2018/DIFES/SESU/SESU-MEC sobre distribuição de**  
16 **códigos de vagas e destinação dos mesmos para a UFJF**. Apresentou breve histórico  
17 sobre o tema, esclarecendo que a UFJF recebeu, por meio de duas portarias do MEC,  
18 uma do dia 29 de maio e outra do dia 13 de junho, um quantitativo total de seis códigos  
19 de vagas para docentes. Esclareceu que as seis vagas, de acordo com as explicações do  
20 MEC, possuem duas origens específicas. A primeira origem diz respeito a cinco vagas  
21 que seriam destinadas a processos de redistribuição para atender departamentos da  
22 faculdade de Educação Física. E a outra vaga seria para atender a redistribuição de um  
23 professor para o ICB. Pontuou que os dois casos referem-se a solicitações que foram  
24 enviadas diretamente ao Professor Barone, professor da UFJF que ocupa a Secretaria de  
25 Ensino Superior, e que foram concedidas, conforme conteúdo dos ofícios. A seguir, o  
26 Senhor Presidente relatou as informações que possuía destes casos. No que diz respeito  
27 às cinco vagas, referentes à redistribuição para a Faculdade de Educação Física,  
28 informou que em Janeiro realizou reunião com o Diretor da Faculdade de Educação  
29 Física, o Conselheiro Jeferson Macedo Viana, o Vice-Diretor, Prof. Daniel Martinez e  
30 Professor Paulão, oportunidade em que os mesmos relataram que receberam uma visita  
31 do Professor Barone para conhecer as instalações da faculdade de Educação Física,  
32 ocasião em que apresentaram ao mesmo as demandas da referida faculdade,  
33 especialmente no que tange à necessidade de professores. Informaram que, naquela  
34 ocasião, o Professor Barone havia se comprometido com sete vagas de professor para a  
35 Faculdade de Educação Física. O Senhor Presidente ressaltou que, naquela mesma  
36 reunião, pontuou duas preocupações que tinha acerca do assunto: a primeira, de  
37 dimensão interna, seria que a distribuição de vagas realizada diretamente para uma  
38 unidade certamente seria um debate que geraria muita polêmica dentro do Conselho  
39 Superior, e a segunda preocupação diz respeito à posição da Universidade junto a  
40 Andifes, tendo em vista que a referida entidade tem travado um grande debate com o  
41 MEC para que as alocações de recursos, pessoal ou orçamentários, sejam resultados de  
42 políticas pré-estabelecidas em negociação dentro o MEC e a Andifes. Destacou que,  
43 durante a referida reunião, o Conselheiro Jeferson Macedo havia relatado que o  
44 Professor Barone esclareceu que não seria distribuição de código de vagas, e que, na  
45 realidade, ele criaria condições para que as redistribuições fossem realizadas e que ele  
46 providenciaria acordos com as universidades que cedessem professores. O Senhor  
47 Presidente informou que, então, realizou um contato com o Professor Barone,  
48 questionando-o sobre o assunto, perguntando quanto à promessa de sete vagas de  
49 professores. Disse que o mesmo o corrigiu, destacando que em visita a Unidade havia  
50 ficado sensibilizado e estava tentando resolver o problema. O Senhor Presidente

1 informou, ainda, que no referido contato, esclareceu ao Professor Barone que, em  
2 havendo a distribuição de códigos de vagas para a Universidade, tal tema seria levado  
3 ao Conselho Superior, em consonância com o que determina a Resolução aprovada em  
4 2009, do banco de professores equivalentes da UFJF. Informou que, em meados do mês  
5 de Maio, encontrou com o Professor Barone, em Brasília, em uma reunião acerca do  
6 Capes Print, oportunidade em que estava acompanhado da Professora Mônica. Disse  
7 que, ao final da reunião, o Professor Barone novamente informou que estava buscando a  
8 resolução do problema, mas que novamente o alertou que a solução daquele problema  
9 implicaria aprovação do Conselho Superior. Ressaltou que o Professor Barone  
10 novamente esclareceu que não se tratava de distribuição de códigos de vagas, mas que  
11 seria a atendimento de demandas de redistribuição através de outras compensações com  
12 as universidades. A seguir, passou a discorrer sobre o caso do professor que estaria  
13 sendo redistribuído para o ICB. Esclareceu que foi procurado por um grupo de  
14 professores, vinculados ao Programa de Pós-Graduação de Ecologia, e que,  
15 acompanhando este grupo de professores, havia um professor que estava na UFJF, há  
16 quase um ano e meio, em um acordo de cooperação técnica da UFJF com a  
17 Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Na oportunidade, este grupo de  
18 professores manifestou o interesse de que este professor viesse para UFJF em definitivo.  
19 Ressaltou que, na oportunidade, em que pese estivesse bastante sensibilizado com a  
20 situação, seria necessário existir uma vaga no departamento para que, a partir daí, se  
21 pudesse iniciar uma negociação com a reitora da UFRN para troca desta vaga.  
22 Entretanto, o departamento não possuía vaga disponível. Ressaltou que, passado algum  
23 tempo, recebeu também um relato de que a demanda teria sido apresentada ao Professor  
24 Barone e que o mesmo resolveria o caso através de um código de vagas. Por fim,  
25 destacou que a Conselheira Kátia Castro, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, em uma  
26 reunião que participou no Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas, em Brasília, ela  
27 procurou o setor de Gestão de Pessoas do MEC para apresentar os casos de perda de  
28 duas vagas de professores, um na Faculdade de Educação e outro na Faculdade de  
29 Engenharia, decorrentes de transferência relacionadas a decisões judiciais. Pontuou a  
30 gravidade dos casos e os impactos destas perdas junto às diferentes unidades. Disse que  
31 a Pró-Reitora Kátia Castro, nesta mesma reunião, havia obtido a informação de que  
32 havia uma grande negociação com o MEC e que órgão publicaria uma portaria de  
33 distribuição de códigos de vagas para as universidades para atender os problemas  
34 decorrentes de perdas de professores decorrentes de decisões judiciais. Em 29 de maio  
35 foi publicada uma portaria, a qual foi recebida com muito entusiasmo pela Pró-Reitora,  
36 uma vez que a mesma achava se tratar das vagas decorrentes das perdas judiciais.  
37 Entretanto, a portaria apontava o número de cinco vagas, e não duas. Na sequência,  
38 esclareceu que, nesta gestão, é a segunda vez que a Universidade recebe distribuição de  
39 código de vagas. Lembrou que, na primeira vez, o MEC havia encaminhado ofício  
40 esclarecendo quais critérios para a distribuição de vagas, destacando alguns critérios  
41 para distribuição, tais como cursos novos de medicina, campi novos. Naquela época, a  
42 UFJF recebeu nove vagas, sendo seis vagas para Governador Valadares e três para o  
43 curso de medicina veterinária. Ressaltou, contudo, que receber um ofício da Diretoria da  
44 DIFES, com uma lista nominal de professores para serem redistribuídos, isto, até então,  
45 é inédito nesta gestão. Pontuou que, neste caso, entende haver dois problemas  
46 relacionados ao ofício: um de dimensão jurídica, tendo em vista a questão de  
47 competência para deliberação acerca do preenchimento de vagas, o que caberia ao  
48 Conselho Superior; outro de questão política, tendo em vista a postura adotada pela  
49 Sesu, colocando a Universidade nesta posição, entendendo que a Universidade não teria  
50 autonomia para decidir a alocação de seus recursos. Ao final de sua explanação, e antes

1 de abrir a palavra ao plenário, ressaltou que, em que pese se sensibilizar com o assunto,  
2 como por exemplo com a questão do professor do ICB, que já atua na Universidade há  
3 dois anos e que poderia muito contribuir com o Programa, entende que trata-se de uma  
4 decisão que deve ser feita pela Universidade. Desta maneira, enquanto Presidente deste  
5 Conselho, destacou que não poderia encaminhar favoravelmente para o cumprimento do  
6 ofício. Ressaltou que sabe das demandas urgentes da Universidade com a questão de  
7 professores, pactuações não atendidas pelo MEC, como é o caso da Medicina  
8 Veterinária, e os gravíssimos problemas de Governador Valadares, haja vista a falta de  
9 professores para as aulas práticas. A seguir, o Senhor Presidente colocou o tema para  
10 debate, abrindo a palavra inicialmente ao Conselheiro Jeferson Macedo Viana. O  
11 referido Conselheiro destacou, de início, sua relação com a UFJF, ressaltando que se  
12 formou na Faculdade de Educação Física e leciona nesta mesma faculdade há 26 anos.  
13 A seguir, ressaltou que a redistribuição é direito do servidor, sendo algo que acontece  
14 diariamente em várias universidades do Brasil. Realizou, na sequência, breve histórico  
15 sobre o assunto, lembrando que a Faculdade de Educação Física, quando foi convidada  
16 a participar do oferecimento do curso de licenciatura à distância, havia a informação de  
17 que a faculdade poderia ser favorecida com cinco vagas de docentes. Explicou que hoje  
18 a Faculdade de Educação Física oferece o curso à distância em 11 pólos, em Minas  
19 Gerais e São Paulo, possui 460 alunos de ensino à distância e a Faculdade não recebeu  
20 nenhuma vaga do MEC. Concluiu, portanto, que houve aumento do trabalho, mas a  
21 Unidade nada recebeu nos últimos cinco anos. Asseverou que, hoje, a Unidade possui  
22 27 professores, sendo 1/3 destes vinculados ao Programa de Pós-Graduação. A Pós-  
23 Graduação Strictu Sensu existe há 10 anos e, tendo começado com o conceito 3 da  
24 Capes, hoje, já possui Doutorado e o Programa é avaliado com o conceito 5 da Capes.  
25 Ressaltou que a publicação média destes professores vinculados à Pós-Graduação é  
26 superior a da USP, sendo o curso desta última o mais bem avaliado, pelo MEC e Capes,  
27 do Brasil. Detalhou, a seguir, os números relacionados aos Programas de Extensão,  
28 enfatizando que atendem mais de 1000 pessoas da comunidade dentro do espaço físico  
29 da unidade. Explicou que 1/3 dos professores ocupam cargos de chefia e que a  
30 Faculdade de Educação Física possui mais de 1000 alunos na graduação, pós-graduação  
31 e ensino a distância. Pontuou, inclusive, que a unidade é uma das poucas a oferecer pós-  
32 graduação à distância, modalidade em que, por falta de professor, exerce também o  
33 cargo de coordenador. Destacou que o PIT dos professores não reflete à realidade, tendo  
34 em vista que os mesmos exercem mais que 40 horas, chegando às 7 e saindo às 19h,  
35 para conseguir atender a toda demanda da Faculdade. Informou que, ao assumir a  
36 Administração da Faculdade, um de seus compromissos junto ao corpo docente, alunos  
37 e TAE's, era de que uma das lutas seria tentar aumentar o quadro docente. Relatou que,  
38 eventualmente, a unidade recebe professores que possuem o interesse em fazer parte do  
39 corpo docente, contudo, em que pese sejam professores altamente conceituados, ao se  
40 discutir internamente no Conselho de Unidade, sempre caía na mesma situação, qual  
41 seja, a ausência de códigos de vagas. Contou que, em junho de 2017, um professor que  
42 é de Juiz de Fora, e que passou no concurso na Universidade Federal da Amazônia,  
43 entrou em contato para verificar a possibilidade de realizar uma redistribuição para a  
44 UFJF. Na oportunidade, o Conselheiro Jeferson Macedo Viana, informou que não seria  
45 possível a redistribuição, tendo em vista que não havia códigos de vagas disponíveis e  
46 não havia previsão de concurso. O referido professor questionou, então, se não poderia  
47 ser verificado junto ao MEC a possibilidade da redistribuição. O Conselheiro informou  
48 que disse ao professor que o mesmo poderia enviar o processo para análise, mas que  
49 provavelmente a resposta seria a mesma. Explicou que, em uma conversa interna, com  
50 os demais professores, com o vice-diretor, aventou-se a possibilidade de conversar com

1 o MEC para pleitear as vagas. Esclareceu que foi elaborado um projeto e que, por duas  
2 vezes, esteve em Brasília para tentar falar com o Professor Barone, oportunidades em  
3 que não obteve êxito. Entretanto, em um dos contatos de retorno, o Professor Barone  
4 agendou uma visita na Faculdade de Educação Física, a qual ocorreu no dia 10 de  
5 dezembro de 2017. Destacou que, durante a visita, o Professor Barone ficou bastante  
6 impressionado com a Faculdade de Educação Física e também sensibilizado com as  
7 questões da Unidade. Questionou no que ele poderia ajudar, tendo o Conselheiro  
8 apresentado um projeto de recursos, que chega a 4 milhões e 700 mil reais. Lembrou  
9 que no ano passado a unidade havia pleiteado o recurso de 1 milhão de reais para  
10 equipar os laboratórios, contudo, foi aprovado uma verba de 200 mil e a unidade  
11 conseguiu utilizar apenas 120 mil. Explicou que o projeto apresentado ao Professor  
12 Barone fazia referência a ampliação das instalações e atendimento da demanda de  
13 aumento de número de professores. O Conselheiro informou que o Professor Barone  
14 disse que avaliaria o caso e ficou de dar um retorno. A seguir, o Conselheiro contou  
15 que, em Janeiro de 2018, realizou reunião com a Administração Superior, oportunidade  
16 em que descreveu tudo o que havia ocorrido até então, nos termos do que foi relatado  
17 pelo Senhor Presidente. O Conselheiro informou que a partir daquele momento  
18 começou-se a fazer contatos para verificar a possibilidade de andamento destes  
19 processos. Pontuou que não é profissional da área jurídica e não sabia a forma como  
20 seria realizada a distribuição destes códigos de vagas. Contou que, coube a Unidade,  
21 avaliar os processos que foram chegando à Faculdade, sendo o encaminhamento interno  
22 dado pela Direção foi levar para o Conselho de Unidade para discutir acerca destes  
23 professores, orientando incisivamente que os departamentos discutissem os méritos  
24 destes professores. Ressaltou que os processos de todos estes professores foram  
25 discutidos pelos departamentos, sendo ao final aprovados pelo Conselho de Unidade.  
26 Asseverou que alguns destes docentes são colaboradores do Programa de Pós-  
27 Graduação, ministrando disciplinas como colaborador. A partir daí, informou que os  
28 processos foram encaminhados à Progepe. Disse que, depois, viu a publicação no Diário  
29 Oficial das cinco vagas, imaginando se tratar das vagas relacionadas à Faefid. Procurou  
30 a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas que, a princípio, achou que duas vagas seriam  
31 quanto à reposição das perdas decorrentes de decisões judiciais. Contudo, disse que na  
32 oportunidade a mesma iria verificar do que se tratava. Em seguida, o Conselheiro tomou  
33 conhecimento do ofício do MEC com o informe no nome dos professores. Por fim,  
34 destacou que tudo que foi realizado na Faefid foi feito às claras, sendo que o único  
35 intuito é de que a Faefid tenha um funcionamento digno, buscando ampliar o número de  
36 profissionais de qualidade para atender aos alunos. Pediu aos Conselheiros o apoio,  
37 tendo em vista que a Faculdade de Educação Física necessita destes professores, uma  
38 vez que estes agregariam à Universidade, tendo todos uma qualificação indiscutível.  
39 Ressaltou que na atual conjuntura do país, a Universidade não pode abrir mão de  
40 receber professores. Finalizada a fala do Conselheiro, o Senhor Presidente ressaltou  
41 novamente que sabe da relevância do trabalho Faculdade de Educação Física, da clara  
42 necessidade de ampliação do corpo docente, pontuando, contudo, que a discussão que  
43 está sendo feita é como se debater a alocação de vagas na Universidade. Na sequência, a  
44 Conselheira Bernadete Maria de Souza, que representa o ICB, pediu a palavra,  
45 explicando que não tinha um conhecimento aprofundado do assunto, mas que havia  
46 entrado em contato com o Professor André Megalli Amado para que o mesmo relatasse  
47 acerca dos motivos do pedido de redistribuição. A Conselheira relatou que o mesmo  
48 enviou email, esclarecendo que desde 2016 tem estado em colaboração técnica com a  
49 Universidade e que, além disso, sua esposa é professora do Colégio João XXIII. Desta  
50 maneira, o mesmo tem buscado esta redistribuição, tendo em vista que a cooperação

1 técnica finalizará em Julho. Informou também que, em fevereiro, o departamento de  
2 Biologia, a pedido do Professor Fábio Rolan, encaminhou, com a anuência da Diretora,  
3 o pedido de redistribuição ao Professor Marcus David. Disse que, neste sentido, o  
4 Professor Marcus David fez esse pedido na Federal do Rio Grande Norte, e neste  
5 intervalo ajudou a buscar esta vaga no MEC, para que a redistribuição pudesse ser  
6 efetivada. A Conselheira detalhou as ações do professor André Megalli Amado junto ao  
7 Programa de Pós Graduação, destacando que o mesmo tem contribuído muito. Por fim,  
8 pediu aos Conselheiros a aprovação da redistribuição, ponderando, contudo, que  
9 entende as considerações colocadas pelo Senhor Presidente acerca das políticas de  
10 redistribuição. Terminada a manifestação da Conselheira, o Senhor Presidente  
11 esclareceu que, por volta do início do mês de Maio, o processo de redistribuição do  
12 Professor André Megalli Amado, após ter passado pelos trâmites dentro da Unidade  
13 Acadêmica, deu entrada na Reitoria, onde havia que a manifestação do Conselho de  
14 Unidade de que não dispunha de código de vaga para efetuar a troca. Contudo, disse que  
15 foi procurado diretamente pelo professor, o qual pediu que a Universidade se  
16 manifestasse no processo dizendo que não havia códigos de vagas para a troca, mas que  
17 a universidade estava disposta a recebê-lo. Disse que, em que pese tenha alertado ao  
18 professor que isso não teria utilidade nenhuma no processo, ele insistiu dizendo que  
19 havia essa possibilidade de conseguir a liberação na UFRN. Neste sentido, foi realizado  
20 um ofício nestes termos. Dando continuidade ao debate, o Senhor Presidente abriu a  
21 palavra aos conselheiros inscritos para o debate, concedendo a palavra, inicialmente, ao  
22 Professor Gilmar José dos Santos. O Conselheiro ressaltou que compreende a posição  
23 do Professor Jeferson Macedo Viana na defesa de sua Unidade Acadêmica, ponderando,  
24 contudo, que poderia repetir todos os argumentos e relatos apresentados pelo mesmo  
25 mudando apenas o nome para a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis,  
26 inclusive com situações análogas de ensino à distância, pós-graduação *strictu sensu* e  
27 com o agravante de que a FACC ainda não teve nenhuma contrapartida na questão  
28 referente a espaço físico, o que no caso da Educação Física esta situação está mais  
29 remediada do que na FACC. Destacou que não está questionando o mérito dos  
30 professores que pleiteiam a redistribuição, mas que entende que o critério de alocação  
31 das vagas deveria ter sido discutido de forma diferente, dando oportunidade para que as  
32 outras unidades acadêmicas colocassem seus interesses e argumentos. Pontuou que há  
33 situações mais críticas, como o curso de medicina veterinária e Governador Valadares.  
34 Finalizou, contudo, que não está desmerecendo a função do diretor de batalhar pelos  
35 interesses de sua unidade acadêmica. A seguir a Conselheira Cristina Bezerra  
36 manifestou-se, apresentando o seguinte questionamento ao Senhor Presidente: se o  
37 mesmo tinha conhecimento de que qualquer outra Universidade tenha recebido um  
38 ofício tal como o que a UFJF recebeu. O Senhor Presidente informou que não. A  
39 Conselheira, então, ressaltou que nada justifica a utilização deste tipo de influência para  
40 conseguir vaga docente, sendo necessário respeitar as instâncias superiores de  
41 deliberação sobre determinados assuntos. Destacou, neste sentido, que a instância que  
42 discute vaga docente na UFJF é o Conselho Superior. Disse que considera um  
43 desrespeito à Administração Superior que se busque caminhos paralelos para pleitear  
44 qualquer tipo de recurso. Destacou que o teor do ofício é um desrespeito à UFJF, tendo  
45 em vista que anexa uma lista nominal de pessoas que serão beneficiadas pelo MEC.  
46 Registrou, por fim, sua indignação, destacando que não se trata de nada pessoal a  
47 qualquer pessoa ou unidade, e que vê neste caso a oportunidade do Conselho de afirmar  
48 a autonomia e o respeito às instâncias internas de deliberação. Terminada sua fala, o  
49 Senhor Presidente abriu a palavra ao Conselheiro Robert Daibert. O referido  
50 Conselheiro reforçou a fala da Conselheira Cristina Bezerra, alertando para o fato de

1 que a Universidade recebe muitos processos de redistribuição e que, ao se aprovar este  
2 ofício, qual será o posicionamento junto todos outros processos que existem e que são  
3 negados devido à ausência de códigos de vagas. Neste sentido, questionou se o  
4 procedimento para estes casos será pedir que a pessoa interessada procure o Professor  
5 Barone no MEC ou convidar o referido professor para visitar todas as unidades  
6 acadêmicas. Alertou para o fato de que a forma como está proposto no ofício não há  
7 clareza quanto aos critérios utilizados para beneficiar estes seis professores e não todos  
8 os outros que também pleiteiam a redistribuição, ressaltando, portanto, que o processo  
9 não está sendo democrático e que fere o princípio da autonomia universitária. Na  
10 sequência, a Conselheira Aline Passos destacou que o caso fere os princípios mais  
11 básicos da administração pública, citando o princípio da moralidade administrativa e da  
12 impessoalidade. Ponderou, ainda, a questão da motivação, pois não se quis saber o que a  
13 universidade pensa em como alocar suas vagas, definindo desta maneira, qual o  
14 interesse público. Asseverou que toda redistribuição é feita com base no interesse da  
15 Administração, o que no caso é a UFJF, cabendo a esta aferir em que local ela vai  
16 distribuir esta vaga. Disse que, em um artigo sobre o tema, há a abordagem de que a  
17 redistribuição indevida fere o princípio do concurso público. Se houvesse vaga e o  
18 debate fosse acerca do preenchimento desta vaga, não haveria problema. Alertou que o  
19 ocorrido, a criação de vaga com nomes das pessoas, estas pessoas deveriam fazer  
20 concurso público. Disse que a Portaria não é ilegal, pois apenas determina o número de  
21 vagas. Já quanto ao ofício, destacou ser completamente ilegal. Assim como a  
22 Conselheira Cristina Bezerra, alertou que tal ofício pode ser objeto de investigação dos  
23 órgãos de controle. Finalizada a fala da Conselheira, o Senhor Presidente abriu a palavra  
24 ao Conselheiro Márcio Sá Fortes. O citado Conselheiro reforçou as argumentações  
25 apresentadas pelos demais Conselheiros e destacou os princípios que estão sendo  
26 feridos, destacando o da autonomia universitária. Ressaltou, ao final, a necessidade de  
27 que a UFJF tenha uma posição oficial de questionamento ao coordenador da Sesu  
28 quanto ao respaldo legal para o ofício encaminhado. O Conselheiro Victor Lustosa  
29 Victor, a seguir, em sua fala, ratificou os argumentos já apresentados pelos demais  
30 Conselheiros, destacando que os discentes são favoráveis a tudo que foi colocado.  
31 Ressaltou que este é mais um ataque à autonomia universitária, algo que tem ocorrido  
32 na atual conjuntura de retrocessos do país. O Conselheiro Jeferson Macedo Viana  
33 solicitou novamente a palavra, oportunidade em que, tendo em vista as manifestações  
34 realizadas, apresentaria alguns esclarecimentos. Disse que não conhece o Professor  
35 Barone, tendo se encontrado apenas uma vez com o mesmo, quando da visita à Faefid.  
36 Informou que todos os professores a serem redistribuídos fizeram concurso público e  
37 que a redistribuição dos mesmos para a Faefid é motivo de orgulho, tendo em vista a  
38 qualificação e o interesse dos mesmos em vir para UFJF. Ressaltou que, em nenhum  
39 momento, foi realizado qualquer acordo com o MEC, sendo apenas pleiteadas as vagas.  
40 Ponderou que, quando da presença do Professor Barone na visita a Faefid, o mesmo  
41 disse estar gratificado por ter sido convidado pela primeira vez a visitar uma Unidade da  
42 UFJF. Desta forma, asseverou que as unidades podem convidá-lo também, destacando  
43 que a Faefid, em sua história, sempre buscou recursos junto aos ministérios e outros  
44 governos, lembrando que os primeiros recursos alocados, em relação à pista e  
45 recebimento dos atletas nas olimpíadas, foram obtidos junto ao ministério dos esportes.  
46 Por fim, disse que não possui nenhuma pretensão a nada, estando em seu último ano e  
47 meio de mandato e que possui apenas mais dois anos e meio. Ressaltou que seu objetivo  
48 é somente administrar bem a Faefid e procurar fazer o melhor para os alunos, TAES e  
49 professores, ponderando que o que é bom para a Faefid é bom também para a  
50 Universidade. O Conselheiro Heronides Filho, a seguir, em sua fala, também destacou



1 que o ofício feriu a autonomia universitária e que, diante do método escolhido, vai  
2 chegar um dia que não precisará mais de Reitor. Lamentou o fato e disse esperar que o  
3 Conselho compreenda com clareza o ocorrido, não aceitando esta situação. A  
4 Conselheira Bernadete Maria de Souza requisitou a palavra, ressaltando que no processo  
5 de redistribuição do professor André Megalli Amado não foi utilizado método diferente  
6 a não ser por vias legais, tendo sido o mesmo encaminhado ao Reitor e ao MEC. Dando  
7 continuidade ao debate, o Senhor Presidente abriu a palavra ao Conselheiro Álvaro  
8 Quelhas, o qual ratificou as falas dos demais conselheiros, também enfatizando a defesa  
9 da instituição pública e do serviço público que é caracterizado pela impessoalidade.  
10 Apontou que a grandeza da UFJF enquanto instituição é o caráter coletivo da mesma,  
11 destacando que somente será possível garantir a existência da UFJF coletivamente.  
12 Conclamou que não haja ilusões de saídas individuais, por atalhos. Lembrou que a  
13 Faculdade de Educação perdeu uma vaga decorrente de decisão judicial e que não  
14 poderia moralmente e eticamente não votar contra cumprimento do ofício do MEC.  
15 Uma vez finalizada a fala do Conselheiro, o Senhor Presidente abriu a palavra ao  
16 Conselheiro Eduardo Condé. O referido Conselheiro realizou breve relato acerca das  
17 atuais políticas do MEC. Destacou, a seguir, a importância de se ter nesse momento  
18 uma atitude de certeza do que se deve fazer enquanto instituição, e não individualmente  
19 enquanto projetos de unidades. Destacou a necessidade de se fazer uma defesa forte da  
20 institucionalidade, dos mecanismos internos da UFJF, trazer as discussões a serem  
21 debatidas no Conselho Superior. Ponderou a necessidade de se ter clareza de que a  
22 universidade possui uma representação formal, ou seja, de que existe um reitorado.  
23 Asseverou que a institucionalidade deve ser respeitada de modo que haja apenas um  
24 interlocutor junto ao MEC e não três, quatro ou cinco. Ressaltou que não se trata de  
25 atribuir má-fé a qualquer pessoa ou ao Professor Jeferson, mas apenas está ressaltando a  
26 importância de ter uma unidade dentro da institucionalidade da Universidade. Por fim,  
27 enquanto última inscrita para o debate, o Senhor Presidente abriu a palavra à Pró-  
28 Reitora Kátia Castro, que pediu que se registrasse que recentemente a UFJF enviou  
29 novamente ao MEC, neste ano, as necessidades da instituição quanto à docentes e  
30 técnicos, de acordo com as demandas apresentadas pelas unidades no ano passado.  
31 Finalizada a fala da Conselheira Kátia Castro, o Senhor Presidente, assim como a  
32 Conselheira Kátia Castro havia informado, explicou aos Conselheiros que, no ano  
33 passado, as unidades haviam encaminhado suas demandas e que as mesmas foram  
34 encaminhadas ao MEC. Neste ano, o MEC novamente pediu as demandas e, tendo em  
35 vista o prazo muito curto para responder, foram encaminhadas novamente as demandas  
36 apresentadas no ano anterior. A seguir, em resposta ao questionamento apresentado pela  
37 Professora Aline Passos acerca de como ocorre a perda de vagas mediante decisão  
38 judicial, o Senhor Presidente esclareceu que estes casos ocorrem quando o docente é  
39 transferido para outra universidade, por meio de decisão judicial, o que, quando ocorre,  
40 a vaga acompanha o docente. Ressaltou que várias universidades têm esse problema e  
41 que isto estava sendo levado ao MEC e, por isso, havia a expectativa de que isto fosse  
42 atendido. Frisou, a seguir, que respeita profundamente a Faculdade de Educação Física  
43 e os esforços feitos pela Direção para melhorar as condições da unidade, mas que não  
44 pode, contudo, aceitar a forma de encaminhamento que a Sese faz para atender aos  
45 problemas. Em nome da institucionalidade, destacou a necessidade de se manter um  
46 canal único de comunicação com o MEC, não devendo haver várias fontes diferentes  
47 que apresentem demandas, sob pena de que a representação da instituição fique  
48 absolutamente esvaziada. Sendo assim, expôs que o encaminhamento é pelo não  
49 cumprimento do ofício da forma como ele está colocado. Por outro lado, pontuou que a  
50 instituição deve manifestar a intenção de utilizar os seis códigos de vagas que foram

1 apresentados à UFJF. Desta forma, a proposta apresentada ao Conselho é de que das  
2 seis vagas, duas sejam para repor as vagas perdidas mediante decisão judicial,  
3 atendendo o Departamento de Engenharia de Produção e o Departamento da Faculdade  
4 de Educação. Destacou, a seguir, que há dois outros casos concretos que são  
5 indiscutíveis: o curso de Medicina Veterinária, em que houve a pactuação de vagas, as  
6 quais até o momento não foram disponibilizadas, o que tem impactado  
7 consideravelmente o curso; o caso do campus de Governador Valadares, que também  
8 necessita de vagas, pois há inclusive processos em andamento dos cursos de Fisioterapia  
9 e Odontologia pleiteando a redução do número de vagas, pois hoje não há como atender  
10 a demanda. Além disto, houve quatro remoções definitivas de professores de  
11 Governador Valadares baseados em decisão de junta médica. Em função do  
12 apresentado, a proposta é de que as seis vagas seriam assim distribuídas: 2 (duas) vagas  
13 para repor as perdas decorrentes de decisão judicial, 2 (duas) vagas para a Faculdade de  
14 Medicina Veterinária e 2 (duas) vagas para Governador Valadares. Um amplo debate  
15 ocorreu, com manifestações diversas e alguns Conselheiros apresentaram proposta no  
16 sentido de que seria importante definir uma comissão para debater a destinação das  
17 vagas. O Senhor Presidente, então, fez os seguintes encaminhamentos, com a  
18 deliberação em três etapas: na primeira votação, o Conselho Superior definirá se acatará  
19 ou não o ofício do MEC; na segunda etapa, caso vote pelo não acatamento, a segunda  
20 votação definirá se será decidida a distribuição das vagas neste momento ou se  
21 posteriormente, por meio de comissão e, por fim, na terceira etapa, caso o Conselho  
22 entenda que a proposta de distribuição seja feita neste momento, o Conselho irá debater  
23 acerca das possíveis distribuições. Quanto à primeira votação, o plenário deliberou, por  
24 maioria, o não acatamento do ofício (houve dois votos favoráveis ao ofício, uma  
25 abstenção e os demais votos contrários ao acatamento do ofício). Quanto à segunda  
26 votação, conforme sugestão da Conselheira Aline Passos, o Senhor Presidente colocou  
27 em votação se haverá a destinação de duas vagas para atender as perdas judiciais das  
28 vagas de docentes. O plenário aprovou, por maioria, com dez abstenções, a destinação  
29 de duas vagas para a reposição das perdas judiciais, com destinação das vagas para a  
30 Faculdade de Educação e de Engenharia. Quanto às outras quatro vagas, o Conselho  
31 Superior deliberou acerca do momento para destinação das vagas, se mesma seria feita  
32 neste momento da reunião ou por meio de constituição de comissão. Ressaltou que,  
33 mesmo que a decisão seja pela decisão neste momento, ainda assim estaria  
34 incorporando na proposta a instituição de uma comissão para que este estudo quanto às  
35 prioridades do preenchimento de vagas seja realizado e, em caso de situações como  
36 esta, o Conselho já possua esta avaliação, conforme sugerido pela Conselheira Aline  
37 Fonseca. Em votação, o Conselho aprovou, por maioria, a definição da destinação das  
38 vagas neste momento da reunião. Desta forma, quanto à distribuição das quatro vagas  
39 remanescentes, o Senhor Presidente explicou, então, que o encaminhamento inicial  
40 apresentado pela Administração seria de duas vagas para GV e duas vagas para a  
41 Medicina Veterinária. Contudo, após os debates e manifestações do Plenário, em  
42 especial dos Conselheiros Victor Lustosa Victor, Aline Fonseca, Robert Daibert, Márcio  
43 Fortes defendendo o encaminhamento de duas vagas para GV, uma para a medicina  
44 veterinária e uma para o curso de Letras-Libras. O Senhor Presidente, então, tendo em  
45 vista os debates e considerando o impacto que existe da Letras-Libras nas unidades e  
46 que isso tem gerado dificuldades, o Senhor Presidente retirou a proposta da mesa,  
47 permanecendo apenas como encaminhamento a distribuição das vagas da seguinte  
48 forma: duas vagas para GV, uma para Letras-Libras e uma para medicina veterinária. O  
49 Conselho Superior aprovou, por maioria, a proposta apresentada. Sendo assim, o Senhor  
50 Presidente informou que seria encaminhado um ofício ao MEC, indicando a distribuição

1 das vagas, conforme determinado pelo Conselho Superior: duas vagas GV, uma vaga  
2 para medicina veterinária, uma para Letras-Libras, uma para Engenharia, uma para  
3 Educação. Finalizado este ponto de pauta, o Senhor Presidente passou para o item **1.1 –**  
4 **Apresentação dos procedimentos para efetivação das obras.** O Senhor Presidente  
5 informou que a Administração está trazendo um relato em três pontos: obras que a atual  
6 gestão encontrou em andamento e conseguiu finalizar; obras que foram iniciadas na  
7 atual gestão e que já foram terminadas e as obras que foram iniciadas também por esta  
8 gestão e ainda não estão terminadas. Foi elaborada uma lista com demandas antigas e  
9 novas. Esta mesma lista apresenta uma indicação de prioridades. A proposta é que esta  
10 lista seja debatida nas unidades acadêmicas e entidades e que, na próxima reunião, o  
11 tema seja colocado em debate no Consu. Destacou também que está sendo apresentada  
12 uma lista cuja execução se daria não com recursos orçamentários, mas com recursos de  
13 restos a pagar. Desta maneira, o Senhor Presidente, então, realizou a apresentação dos  
14 dados, esclarecendo o status de desenvolvimento de cada uma das obras, por meio de  
15 projeção, conforme slides anexos a esta ata. Quanto às obras com recursos de restos a  
16 pagar, explicou que há obras que foram iniciadas, mas que por motivos diversos, estas  
17 obras foram interrompidas. Pontuou, contudo, ainda há os empenhos destas obras e que  
18 a Administração tem efetuado esforços para conseguir autorização para utilizar estes  
19 empenhos de restos a pagar e dar prosseguimento às obras. Elencou a seguir as obras  
20 que estão aguardando a liberação dos empenhos de restos a pagar, conforme slide em  
21 anexo. Ainda dentro deste tema, explicou que houve recentemente uma notícia  
22 preocupante, uma vez que na quinta-feira da semana passada, o novo Procurador Geral  
23 deu um parecer contrário ao da Câmara Permanente de Licitações e Contratos  
24 Administrativos da AGU, em que o mesmo propõe a não utilização de restos a pagar.  
25 Destacou, contudo, que a reação do TCU foi contrária ao parecer. Finalizados a  
26 projeção e esclarecimentos acerca das obras, o Senhor Presidente informou que há uma  
27 limitação operacional, inclusive para o acompanhamento da PROINFRA, para atuar  
28 neste conjunto de obras apresentados. Sendo assim, informou que foram consideradas  
29 algumas variáveis para a elaboração da lista, tais como: o que seria mais simples de se  
30 fazer e finalizar; além de critérios acadêmicos e de viabilidade financeira. Explicou que  
31 estes critérios foram utilizados para se apresentar uma ordem de prioridade. Destacou  
32 haver duas listas de prioridades de acordo com o tipo de recursos: uma das obras  
33 decorrentes de orçamento e outras de obras de restos a pagar. Pediu, ao final, que todos  
34 façam a análise, debatam em suas unidades o assunto para, depois, poder realizar o  
35 debate no Conselho Superior. Por fim, estando a reunião perto de alcançar as quatro  
36 horas de duração, o Senhor Presidente passou às **Comunicações do Plenário**, abrindo a  
37 palavra ao Conselheiro Gilmar José dos Santos. O referido Conselheiro informou estar  
38 finalizando o seu mandato, sendo esta sua última reunião do Conselho Superior.  
39 Ressaltou ter sido uma honra muito grande representar a faculdade, tendo aprendido  
40 muito. O Senhor Presidente agradeceu a contribuição do Conselheiro, pontuando ser um  
41 conselheiro muito atuante, com contribuição muito expressiva em pautas complexas.  
42 Destacou a dedicação do professor na UFJF, por seu trabalho desenvolvido também na  
43 Faculdade de Administração, tendo trabalhando intensamente pela viabilização dos  
44 Programas de Pós-Graduação. Não havendo mais comunicados, o Senhor Presidente  
45 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de  
46 Souza Filho, que para constar lavrei a presente ata que dato e assino.

47  
48  
49 Juiz de Fora, 29 de junho de 2018.  
50

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12

**Rodrigo de Souza Filho**  
**Secretário Geral da UFJF**

**Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
**Reitor da UFJF**

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.

37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.

# **OBRAS EXECUTADAS 2016/2017**

## **OBRAS CONCLUÍDAS INICIADAS EM GESTÕES ANTERIORES**

CENTRO DE CIÊNCIAS

FACOM

CENTRAL DE MONITORAMENTO

MORADIA ESTUDANTIL: REFORMA DA LAVANDERIA E ADEQUAÇÕES DOS ACESSOS NOS DOIS PRÉDIOS DE MORADIAS ESTUDANTIS

FAEFID – Ginásio Esportivo (em fase de conclusão) (Recursos 2017)

FAEFID – Ginástica Olímpica e Laboratórios de Pesquisa (em fase de conclusão) (Recursos 2017)

ÁREA DAS EMPRESAS INCUBADAS NO CRITT

## **OBRAS REALIZADAS E CONCLUÍDAS 2016/2017**

ICB I: HERBÁRIO, MICROBIOLOGIA, PARASITOLOGIA, COMPORTAMENTO ANIMAL, NB3, AULAS PRÁTICAS

HU: OBRAS DO MURO DE CONTENÇÃO DO TALUDE

ICE/FACULDADE DE ENGENHARIA: RECOMPOSIÇÃO DE ENCOSTA E ÁGUAS PLUVIAIS

ICE: Obras para instalação dos elevadores (Matemática, Físico-Química)

HU-EBSERH/FACULDADE DE MEDICINA/FACULDADE DE FISIOTERAPIA: DESMEMBRAMENTO DA ALIMENTAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL

## OBRAS INICIADAS EM 2017

- FAEFID/CRITT- Águas Pluviais (Recursos 2017)
- Faculdade de Medicina e Fisioterapia – Subestação (Recursos EBSEH)
- Faculdade de Engenharia (Prédio Itamar Franco) – Telhados dos anfiteatros (Recursos 2017)
- FACOM/FAEFID – Subestações (Recursos 2017)
- Anfiteatro de Estudos Sociais – Telhado (Recursos 2017)
- ICB II/Anatomia – (Projeto Eficácia) - RDC 06/2018, **licitada em maio/2018** (Recursos 2017)



# OBRAS COM RECURSOS DE INVESTIMENTO/RESERVA TÉCNICA – 2018

## Relação 2017 - CONSU

- 1 - ICB II - Anatomia - RDC 06/2018, **licitado em maio/2018 - R\$988.148,12**
- 2 - ICE anfiteatro – (**Projeto PROINFRA**) (Reserva Técnica 2018 = R\$1.000.000,00)
- 3 - CINE THEATRO CENTRAL - PSCIP (**Projeto Eficácia**)
- 4 - ICB II - Botânica e Bioquímica (**Projeto Eficácia**)
- 5 - Reforma do prédio e casa da Rua Espírito Santo para Medicina Veterinária (**Projeto Eficácia**)
- 7 - ICB III - Micro e Parasito 2º pav / Biotério / Genética / Sala de Aula BI G1 / Anfiteatros (**Projeto Eficácia**)
- 9 - Pró-Música - (**Projeto Eficácia**)
- 10 - Salas de aula IAD + passarela - (**Projeto Eficácia**)
- 11 - Reforma do Fórum da Cultura

## **Novas Demanda 2017 - 2018 (\*)** recurso extra

0 - Passarela FAEFID - (**Projeto PROINFRA**) (Reserva Técnica 2018 - R\$34.000,00)

0 - Plano Diretor do Campus de Juiz de Fora (**Projeto PROINFRA**) (Reserva Técnica 2018)

6 - Escritório Escola do Direito - (**Projeto Eficácia**)

8 - Produtos Químicos – Depósitos - (**Projeto PROINFRA**) (Reserva Técnica 2018)

12 – Reforma CPA

\*Escadão Dom Bosco – (**Projeto PROINFRA**) (Emenda Parlamentar 2018)

# **OBRAS COM RECURSOS DE RESTOS A PAGAR – 2018**

## **(\*\*) parte das 9 Obras**

0 - Terreno Dom Orione – Avaliação da CEF (2018)

1 - \*\*FACC/FSS – (**Projeto PROINFRA** - 2018)

2 - Nova Reitoria – Novo Restaurante  
Universitário/Biblioteca/CONSU - (**Projeto PROINFRA** - 2018)

3 -Parque Tecnológico - Prédio CRITT (**Projeto Eficácia** - 2018)

4- Colégio de Aplicação João XXIII – (**Projeto PROINFRA** - 2019)

5 - \*\*Faculdade de Direito – (**Projeto PROINFRA** - 2019)

\*\*Odontologia – (**Projeto PROINFRA** - 2019)

\*\*Almoxarifado – (**Projeto PROINFRA** - 2018)

\*\*LAEP – (**Projeto PROINFRA** - 2018)

\*\*Faculdade de Farmácia (Reforma Laboratório - salas de aulas para as Faculdades de Farmácia/Enfermagem/Odontologia – (**Projeto Eficácia** - 2018)

6 - Anel Viário – (**Projeto PROINFRA/EMPAV** - 2018)

# Hospital Universitário

<b>Obra</b>	<b>Projeto-Executivo</b>	<b>Ano</b>
<b>Bloco E9 (Ambulatórios)</b>	PROINFRA/EBSERH	2018
<b>Bloco G (CAPS)</b>	PROINFRA/EBSERH	2018
<b>ETE – Estação de Tratamento de Esgoto</b>	Contratação de Termo de Referencia para elaboração do Projeto-Executivo	2018
<b>Bloco E Proteção da Fachada</b>	Contratação de Termo de Referencia para elaboração do Projeto-Executivo	2018
<b>Bloco E8 (5 Andares – Administrativo, Odonto, Exames e Imagens)</b>	PROINFRA/EBSERH	2019
<b>Bloco E (4 Andares Enfermarias)</b>	PROINFRA/EBSERH	2020